

CPR - Armada  
ANS

# CPR - ARMADA da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



## BOLETIM



Nº: 2/ 2006

Data: 08 Julho

### Uma Marinha Moderna...

Esta frase, repetidamente utilizada por sucessivos CEMA para expressarem as suas pretensões relativamente à Instituição a que lhes é dada a honra de comandarem, deve ser confrontada com a realidade e questionado o seu significado.

Infelizmente, para todos nós, que nos orgulhamos de servir Portugal na Marinha, estas pretensões têm sido frustradas. E desta vez não se vislumbra um desfecho diferente. Porque? Vejamos.

Os Patrulhões e o navio logístico continuam encahalados em Viana do Castelo. As velhas Fragatas da classe João Belo vão ser alienadas. As Corvetas e os velhos Patrulhas arrastam-se, presos por arames, enquanto a nossa padroeira conseguir manter o milagre. As "novas" fragatas da classe Vasco da Gama, estão com 16 anos de intensiva utilização e a começar a ter as primeiras grandes avarias (poupar nas manutenções, significa custos acrescidos nas reparações!). Os submarinos velhos, estão, velhos, a tentar ser rendidos. As unidades em terra estão a cair degradadas, não obstante os investimentos efectuados nos últimos anos (talvez fosse bom apurar porquê!), os Fuzileiros debatem-se com problemas de instalações e equipamento.

Os Marinheiros, recursos humanos sem os quais os meios não têm sentido, vêem os seus problemas arrastarem-se, em agravamentos sucessivos, sem vislumbrem solução, desmotivando-os por indignação.

Os dirigentes associativos, que se mantêm no terreno a pugnar para evitar a perda dos direitos adquiridos e a defesa da Condição Militar, continuam a ser alvo de perseguição e de processos disciplinares. E são-no, não por questões militares, mas em diferendos que opõem as associações socioprofissionais ao Governo, de natureza política e não militar, que, a haver incumprimento da lei, devem ser tratados pelos tribunais e não em sede militar, onde não têm origem nem solução. O uso indevido do instrumento regulador da disciplina, que é o RDM, só poderá resultar em prejuízo para as Instituições militares, para o seu descrédito e consequente degradação da autoridade dos chefes e comandantes envolvidos.

Os CEM em vez de incorporarem na sua acção de comando a actividade autónoma, construtiva,

determinada e séria das associações socioprofissionais, aproveitando as sinergias resultantes em favor dos ramos e como um reforço às suas propostas junto do Governo, desperdiçam-nas aliando-se ao Governo, tentando desmobilizar os seus aliados naturais, com receios comprovadamente infundados, e em prejuízo das FFAA e da Família Militar.

Portanto, continuamos com mau tempo pela proa, com rombos no costado a ameaçar a segurança da embarcação, e um leme ao qual, de fora, o Governo impõe um rumo diferente do que nos estaria destinado.

E porque não conseguem os sucessivos CEMA alcançar o porto a que se propõem: uma Marinha Moderna? Pela mesma razão pela qual os muitos militares que têm ocupado altos cargos no MDN não têm conseguido fazer vingar os seus projectos, certamente úteis para as FA, mas que, sistematicamente, vão ter ao *arquivo geral*: porque não controlam o processo!

Quem controla o processo é o poder político, os partidos que à vez têm governado Portugal nestes últimos trinta anos em que as FFAA se têm afundado, sempre e sempre, não obstante os discursos e as declarações de intenções dos CEM. Pela simples razão que, aqueles partidos, têm entre eles um acordo de regime que passa pela liquidação destas FFAA.

No dia 12 de Julho, vamos realizar mais um ENCONTRO DE MILITARES. Vamos dar mais um contributo para defender as FFAA, a Condição Militar e os escassos direitos adquiridos pela Família Militar. Vamos reafirmar o nosso inconformismo perante esta política de liquidação das FFAA e da Condição Militar. Vamos afirmar que o caminho bom para Portugal terá também de ser bom para os portugueses e os seus militares.

**Por uma Marinha Portuguesa com futuro!  
Viva a ANS!**



## Cumpra-se!

Após muitos anos a insistir para que algum CEMA desse este importante passo, finalmente os nossos apelos encontraram eco e foi publicado um Despacho em OA1 onde o ALM CEMA ordena a todos os comandantes que cumpram os artigos 3.352 do RIFUN e o Artigo 2.155 do RGSNT, cujo teor publicamos abaixo.

Hoje, em pleno século XXI, com o choque, digo Plano Tecnológico em curso, é incompreensível como ainda há oficiais que resistam a cumprir esta ordem directa do ALM CEMA.

Num navio, o camarada do detalhe assim que soube da publicação deste despacho em OA1 levou-o logo ao Oficial Imediato para se proceder à normal transcrição para a ordem do navio. Mas aquele, primeiro hesitou, depois adiou, e naquela unidade a ordem ainda não tinha sido cumprida.

É para casos de desobediência destes que o RDM serve e não para perseguir os dirigentes associativos.

O artigo do RGSNT que aqui transcrevemos, bem como o despacho que lhe dá vida publicado em OA1, foi conseguido com uma árdua luta dos Sargentos da Armada, conseguindo-se a concretização de um velho sonho da classe: a consagração em sede de regulamento da figura dos mais antigos, com a atribuição de funções meritórias, dignas e dignificantes, bem como da criação da Formação de Sargentos, distinguindo-nos da equipagem.

Conseguiu-se ainda, nessa altura, travar um processo que estava em curso e que impunha uma degradação e subalternização das funções dos sargentos superiores e ajudantes, em que se pretendia que os primeiros fizessem adjuntos aos oficiais de dia e os ajudantes fizessem sargento de dia.

Nessa luta, convém recordá-lo para que memória não se perca, a unidade, determinação e confiança dos Sargentos da Armada conseguiu a concretização dos objectivos.

OA1 22/31-5-06

### 4. DIRECTIVAS, NORMAS, INSTRUÇÕES E AVISOS:

#### a. Aviso:

----- Por determinação superior e no âmbito do estabelecido no Artigo 3.352 do RIFUN e Artigo 2.155 do RGSNT, devem os comandantes, directores ou chefes fazer publicar em ordem a identificação do sargento e da praça mais graduados ou antigos da respectiva unidade ou órgão. No caso de não ser aplicável a publicação de ordem do dia, deverão ser usados meios internos de divulgação equivalente para o mesmo efeito.

### (RGSNT) Artigo 2.155

#### Formações e equipagem

1. **As formações de comando e de sargentos** compreendem, respectivamente os oficiais, com excepção do comandante, e os sargentos da unidade.
2. A equipagem é constituída pelas praças da unidade.
3. **O sargento** mais graduado ou antigo da respectiva formação e a praça mais graduada ou antiga da equipagem, designados respectivamente por sargento mais antigo e praça mais antiga, **são interlocutores privilegiados do comandante e do 2º comandante para a informação, apreciação e tratamento dos assuntos que, em complemento da actividade desenvolvida pela comissão de bem estar, sejam susceptíveis de melhorar o estado psicológico, disciplinar e enquadramento dos militares das respectivas categorias e contribuir para uma maior eficiência da unidade.**
4. **O sargento mais antigo e a praça mais antiga**, no âmbito do disposto no número anterior, **podem constituir-se**, sempre que adequado, **como veículos de recolha e transmissão ao comando de aspirações e pretensões comuns dos militares das respectivas categorias.**



## BREVES

Finalmente foi publicada na OP2 116 de 20 de Junho de 2006, a **lista de escalonamento dos 1SAR da Armada**. Tal como a nossa Comissão Consultiva (CCPSA) vinha dizendo, este era um instrumento que fazia muita falta. Apesar de estar **incompleta e com antiguidades trocadas**, já deu para alguns camaradas verificarem que ainda não estão a receber o vencimento de acordo com o escalonamento publicado. Falta ainda a publicação das listas de escalonamento dos SAJ e dos 2SAR, para se verificarem as incorrecções e originarem a necessárias reclamações. **Do que tem medo a Marinha?**



Infelizmente continua a verificar-se a degradação das instalações das nossas messes, com consequências na saúde de todos nós e também com implicações graves nas condições de segurança do pessoal que ali presta serviço.

Na BNL, recentemente, ocorreu uma explosão de gás na cozinha ficando um Cabo ferido. Isto porque os fogões estão amarrados por arames, com fugas de gás sistemáticas. Para além dos esgotos da messe para o exterior estarem entupidos há anos e os dejectos desaguarem, por vezes, nas caixas da cozinha.

A segurança no interior das unidades é outro factor de preocupação. Para além de carros assaltados e de uma onda de roubos a várias instalações na área da BNL, também dois pequenos navios patrulhas foram alvo de visita dos larápios, rapinando os computadores portáteis.



Na ETNA - VFX, uma praça do sexo feminino (por acaso), de sentinela no posto junto ao portão que divide o ex-G1EA da ex-EAM, foi importunada por civis que entraram na Unidade. Para cúmulo, estava desarmada, pois é assim que os sentinelas fazem serviço. Então o plano tecnológico e a vigilância electrónica? Teremos de recorrer às empresas de segurança?

É uma vergonha!



## Incêndio na ETNA-VFX

Nesta Unidade, no dia 30 de Junho houve um incêndio na cozinha do refeitório das Praças. O incêndio deflagrou antes da hora do jantar, provocou danos materiais e o impedimento do uso das instalações durante o fim-de-semana seguinte. Verificou-se, mais uma vez, que este Pólo não dispõe dos meios mais apropriados para combate a incêndios deste tipo, apesar da pronta resposta da respectiva equipa de LA. Foi necessário o recurso a meios externos para um combate eficaz a um incêndio de pequenas proporções.

A situação de que damos conta, deixa a nu a insuficiência actual dos meios materiais e humanos para o combate a incidentes como este: os elementos da brigada de LA não dispõem de EPI e as praças RC/RV não têm formação específica que lhes permita uma intervenção eficaz e em segurança.

Na eventualidade de não haver alteração deste quadro, parece que a existência da escala de serviço à LA constitui uma praxe aos Sargentos. Talvez seja esta a Marinha Moderna. Cremos que os responsáveis têm o dever de solucionar o problema, que até nem é dos mais complicados.

## Concursos só para alguns – Porquê?

Foi publicado em OP2 no passado dia 29JUN06 um convite para o Curso de Formação de Investigadores da Polícia Judiciária Militar. Convidam-se todos os militares com os postos de SCH, SAJ e 1SAR de todas as classes, com excepção das classes H, ET e MQ.

Esta situação, recorrente na maioria dos convites abertos a todas as classes, suscita-nos algumas reflexões, senão vejamos:

- Sabemos que há um **déficé crónico de Sargentos nestas classes**, mas será que a responsabilidade deste déficé não é dos **gestores de recursos humanos da Armada**, os mesmos que agora impõem restrições à formação e às expectativas destes camaradas?
- A falta de Sargentos reflecte-se fundamentalmente no posto de 1SAR, pois fazem falta para o Hospital de Marinha e Serviços de Saúde, no caso dos H, e para, essencialmente, as Unidades Navais (UN's), no caso das outras duas classes. Mas então **porquê a restrição aos SCH e SAJ**, que, de uma maneira geral, não embarcam?
- Sabendo que os 1SAR fazem falta para as UN's, será que a **restrição imposta aos SCH e SAJ** visa que estes possam desempenhar as funções daqueles camaradas nas Unidades em terra, **desvalorizando-os funcionalmente e violando a Lei?**
- Cientes de que a chamada '**Lei da Mobilidade**' será para aplicar também aos militares, nomeadamente aos quadros de excedentários e supranumerários, e tendo em conta que nestas três classes se concentra o grosso de SAJ promovidos pelo DL 70/2005, não será uma **limitação estranha**, esta de os camaradas destas três classes não poderem melhorar e diversificar a sua formação profissional, com vista a **poderem mais tarde desempenhar funções no seio das FFAA**, em vez de estarem sujeitos a uma possível mudança de ministério?
- Será que a Constituição, o Código de Procedimento Administrativo e o EMFAR, que estabelecem como fundamental o direito à não discriminação no acesso à formação profissional, podem ser **ultrapassados por uma qualquer prerrogativa, de um qualquer (mau, como se tem visto) gestor de recursos humanos?**
- Será que para o desempenho da missão atribuída pela Constituição à Armada, os **postos cimeiros da hierarquia devem ter 'excesso de funcionários'**, enquanto nestes três postos, destas três classes, se deve, **propositadamente, fomentar um déficé de recrutamento e formação?** Com que intuito? Com que justificação?

Todas estas dúvidas são de difícil esclarecimento, até porque '**...informações complementares...**' apenas estão disponíveis, de modo muito sigiloso, '**... na secretaria desta Repartição...**'.

Uma coisa é certa. Apesar do elevado nível técnico e profissional que estes militares possuem, apesar da excelente folha de serviços que estas três classes têm apresentado no desempenho das suas funções ao longo de muitas décadas e da colaboração imprescindível que prestam no cumprimento da missão da Armada, mais uma vez são discriminados, mais uma vez se lhes '**corta as pernas à nascença**'.

Não conseguimos evitar perguntar, **PORQUÊ?!**

Ser sócio da ANS é sinónimo de cidadania e civismo.

**Inscribe-te e traz um amigo!**

## CINCO RAZÕES PARA FAZER UM GRANDE ENCONTRO

No passado dia 29JUN06 a ANS promoveu uma reunião de militares nas situações do activo, reserva e reforma, no Entroncamento, no Salão do Centro Cultural, e, em colaboração com a APA, no Feijó, na Delegação nº 1 do CSA. Foram encontros bem participados, com cerca de 70 camaradas no Entroncamento e com mais de uma centena no Feijó.

A agenda destes encontros, para além das informações sobre as últimas evoluções do ataque à condição militar que a tutela tem levado a cabo desde a subida ao poder do governo do sr. eng.º Pinto de Sousa, e precisamente por causa desse ataque, incluía a **preparação do Encontro de Militares do próximo dia 12 de Julho, no Pavilhão do Belenenses, no Restelo, em Lisboa**. Havia também um ponto em que se propunha o debate sobre as acções a tomar no futuro. Houve muito debate, muitos camaradas avançaram com propostas para acções de luta futura, mas o que se destacou foi a **importância de que se reveste a presença no Encontro da próxima 4ª feira, dia 12**. E quais são as razões para essa importância? Encontrámos, infelizmente e sem muito esforço diga-se, cinco:

1. O senhor PM vem agora apregoar que, afinal, a **delapidação dos direitos adquiridos ao longo de gerações já não é suficiente**. Que as **medidas relativas à Segurança Social** para garantir o seu autofinanciamento por mais 50 anos aprovadas pelo anterior Governo do PS, do qual o actual PM era ministro preponderante, **afinal foram um fracasso**. A solução, afiança hoje, está na degradação total dos mecanismos de garantia e segurança adquiridos constitucionalmente e que constituem a base da estabilidade que permite às sociedades desenvolverem-se e progredirem. Ainda a degradação imposta pelos diplomas promulgados ilegalmente no ano passado não está consolidada, já o **PM ameaça com nova onda de degradação**. Que, afinal, aquilo que ontem era afirmado como as medidas, embora negativas, exigidas no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para garantir o combate ao défice e o crescimento do País, hoje já não servem, é preciso degradar mais o pecúlio de quem já ganha pouco!

2. O **Grupo de Trabalho da ADM já deveria ter concluído o seu trabalho**, as ex-ADM já deveriam estar extintas e com as suas dívidas saldadas, a nova ADM já deveria estar a funcionar legalmente, com as Portarias, Regulamentos e Despachos Conjuntos já promulgados, até porque já estão produzidos; o IASFA já deveria ter o seu estatuto revisto de modo a poder integrar nas suas funções a gestão da ADM; os 77 milhões de dívidas pendentes a várias entidades assumidas até 31 de Dezembro de 2005 já saldadas, etc. Tudo isto seria o que deveria estar feito. **Mas não está! Porquê?** É uma pergunta que deixamos para que quem de direito responda.

3. O **GT da Saúde Militar**, como todos sabemos, foi criado recentemente para produzir mais um estudo para fundir os Hospitais Militares e reformular a Saúde Militar. Como se sabe, esta é uma matéria sobre a qual todos os Governos do arco-do-poder têm produzido estudos e mais estudos. Mas nada disso serve! Recomeça-se o processo como se fosse virgem, como se não houvesse já estudos que o actual ministro a ler dia e noite não seria capaz de estudar no resto de mandato que sobra a este (des)Governo. Com que intenções? Embora seja uma matéria cara aos militares, com implicações socioprofissionais importantes, que podem vir a ser graves, **as associações socioprofissionais representativas dos militares não foram integradas nem convidadas a participar**, reiterando-se o incumprimento da Lei 3/2001 (o Governo continua a agir fora da lei).

4. No **GT da reestruturação das carreiras** o incumprimento da Lei mantém-se. Desta feita o Despacho que o cria refere que: *o GT deve assegurar a participação das associações profissionais de militares*. Portanto, continuamos a não constar como entidades integrantes do GT. E desta feita *asseguram-nos a participação* de uma forma ainda mais degradada e menos interventiva e participativa do que a que tem acontecido no GT ADM. Este GT, ao invés de pegar nos problemas que já existem, resolvê-los, para criar uma base sã e sólida sobre a qual se possam construir os modelos de carreiras militar e retributiva e revistos os quadros orgânicos consentâneos com as actuais necessidades das FFAA, pretende, no cumprimento do Despacho do ministro (e provavelmente com a sua orientação!?), elaborar um novo projecto de carreira que contemple todas as vertentes relevantes para nós, com a novidade de tratar da **MOBILIDADE**. Para podermos saber do que falamos e do que se trata, questionámos o presidente do GT sobre o significado daquela MOBILIDADE. Fomos esclarecidos que esta **MOBILIDADE tem a ver com a mobilidade de que fala o senhor ministro das Finanças no âmbito do PRACE**.

5. Desta vez as 4 associações, **ASMIR, ANS, AOFA e APA** unem-se em torno da realização de um **ENCONTRO DE MILITARES em DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR**. São muitos militares, tal como há um ano, acrescidos agora dos associados da ASMIR, a quererem demonstrar a sua indignação, a juntar esforços para encontrar soluções para travar esta investida, a cerrar fileiras na defesa dos direitos dos cidadãos em uniforme e das suas famílias. **Não podemos desperdiçar esta oportunidade** de, mais uma vez, mostrar à opinião pública e à tutela que isto não pode continuar assim. O sr. Eng.º Pinto de Sousa não pode continuar criando situações de fractura social, colocando portugueses contra portugueses – os pais contra os filhos, os encarregados de educação contra os professores, os queixosos contra os Magistrados e demais funcionários judiciais, os cidadãos contra os agentes de autoridade e contra os militares.

Os problemas para os Militares têm-se avolumado ao longo dos últimos 30 anos. Os sucessivos Governos da República nunca mostraram uma vontade genuína de os resolver, mas este que agora nos trata como párias, para além de não os querer resolver, quer acabar de vez com as FFAA, deixando delas apenas um resquício de contratados à peça, para botar figura nos conflitos internacionais e fazer de conta que ainda temos um poder importante! Todos os que até aqui serviram Portugal com sacrifício e denodo servirão apenas para desmobilizar, com uns trocos no bolso para pagarem as doenças que a velhice acarreta e... desenrasquem-se!

Por isso temos que lá estar todos. É que, repetimos o que só não vê quem não quer, é a todos que esta luta diz respeito!

**LISBOA, 12 DE JULHO, 20h30, PAVILHÃO DO BELENENSES  
(JUNTO AO ESTÁDIO DO RESTELO)  
EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR**